

A CONSTITUIÇÃO DA DISCIPLINA “ESTUDO REGIONAL DO MARANHÃO” E OS ESCRITOS EM TORNO DELA

Odaléia Alves da Costa¹

Universidade Federal do Piauí – aielado@yahoo.com.br

Este estudo é parte de uma pesquisa maior de dissertação de Mestrado, no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, intitulada “A representação da mulher nos livros didáticos de Estudos Sociais do Maranhão, nas décadas de 70 a 90 do século XX”. Neste recorte do objeto de estudo, pretende-se analisar três livros didáticos maranhenses utilizados como texto básico da disciplina “Estudo regional do Maranhão”.

A opção pelo livro didático se deve ao fato de que no Brasil, desde **1938** foi instituída pelo Ministério da Educação, uma Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) que estabelece condições para a produção, importação e utilização desse material.

As escolas brasileiras e, sobretudo as maranhenses não dispunham à época de muitos jornais, revistas, fotografias e documentos que possibilitassem uma pesquisa mais aprofundada sobre o Estado do Maranhão, dessa forma, o livro didático era muitas vezes a única fonte informativa sobre o Estado.

André Chervel do Institut National de Recherche Pédagogique (INRP) da França, afirma que foram os anglosaxões que deram início às pesquisas sobre a história dos currículos e, a partir deles, chegava-se, às vezes, às disciplinas escolares.

Segundo Chervel e Compère (1999, p. 1),

a história dos currículos e das disciplinas escolares têm sido objeto de pesquisa nas últimas décadas e o interesse historiográfico sobre esta temática articula-se às indagações sobre as redefinições de políticas educacionais e problemáticas epistemológicas oriundas da denominada “crise paradigmática” dos anos 70. As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por políticas educacionais que, entre outras ações, cuidaram das reformulações curriculares em muitos países do mundo ocidental. Nesse processo de reformulações, **a escola e o conhecimento por ela produzido tornaram-se objeto de investigação**, buscando-se justificar ou compreender o papel e o significado de cada uma delas na definição dos novos currículos, e preocupando-se, entre ou-

tras dimensões, em identificar e apreender o conhecimento escolar por elas produzido (grifos nossos).

A historiadora Marie-Madeleine Compère tem enfatizado a importância de se pesquisar os aspectos internos da escola, para tanto, destaca a necessidade de busca por “novas fontes documentais que devem se articular a leitura dos textos oficiais aos que são produzidos pela escola, tais como planos de aula de professores, **livros** e manuais escolares, cadernos de alunos, provas e avaliações”. (Ibid., p. 2). Daí se justifica o interesse em pesquisar os livros didáticos de Estudos Sociais.

O objeto da história das disciplinas escolares é assim destacado por Chervel (1990, p. 183):

A história das disciplinas escolares não deve entretanto ser considerada como uma parte negligenciada da história do ensino que, depois de corrigida, viria a lhe acrescentar alguns capítulos. Pois não se trata somente de preencher uma lacuna na pesquisa. O que está em questão aqui é a própria concepção da história do ensino.

Especificamente, a disciplina Estudos Sociais surge na década de 1930, com o Escolanovismo. Com a Lei 4.024/61 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), foi instituída como optativa nos currículos dos cursos secundários e com a Lei 5.692/71, foi oficializada como componente do núcleo comum, em substituição a História e Geografia.

Graças aos esforços da Associação Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História (ANPUH) e da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), no decorrer dos anos 70 do século passado é que tivemos o retorno da História e da Geografia para o currículo das escolas de Ensino Fundamental, bem como a extinção dos cursos de Licenciatura de Estudos Sociais.

Esta pesquisa foi realizada tendo como marco teórico, as concepções da **História Nova**, que dá prosseguimento aos *Annales*. Tendo como fontes principais os livros didáticos da disciplina “Estudo regional do Maranhão”.

Realizou-se a leitura seqüencial de todos os capítulos dos livros: “Pequena história do Maranhão” (1970), “Conheça o Maranhão” (1971) e “Estudo Regional do Maranhão” (1988), procurando identificar os estilos de escrita de cada autor/a e como estes/as contribuíram para a formação do conceito de região.

Para análise dos textos, utilizou-se o conceito de **representações sociais**, tal como concebe Chartier (1990). Para este

autor, as representações sociais são *práticas culturais*, isto é, elas são estratégias de pensar a realidade e construí-la.

As representações sociais “não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Conforme nos adverte Chartier, as representações supõem um campo de concorrências e de competições: “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.” (1990, p. 17).

A história das representações tendeu a firmar-se como *complemento e nova orientação da história cultural*, uma vez que significou, para os herdeiros da tradição dos *Annales*, a possibilidade de integração dos atores individuais ao social e ao histórico.

A obra “Pequena História do Maranhão” de Mário M. Meireles, foi editada em São Luís do Maranhão (MA) pelo Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado (SIOGE). E, através do decreto nº 1732, de 9 de setembro de 1960 assinado por Eloy Coelho Neto, governador do Estado do Maranhão, este livro foi adotado nas Escolas Primárias do Estado do Maranhão. A primeira edição da obra é datada de 1959 pela editora do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) do Rio de Janeiro.

Mário Martins Meireles, nasceu em São Luís, Maranhão, a 8/3/1925. Iniciou seus estudos primários em Santos-SP, em 1920, prosseguiu neles em Manaus-AM e no Rio de Janeiro-RJ e os concluiu em São Luís-MA, em 1926, na Escola Modelo Benedito Leite. Fez o curso secundário em São Luís, concluído-o em 1931, no Instituto Viveiros. A seguir, principiou o Curso de Direito na Faculdade do Maranhão, mas o interrompeu, em 1934, na da Bahia. Em 1966 fez o Ciclo de Estudos da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, em São Luís.

O livro “Pequena História do Maranhão” (1970), é composto de quinze capítulos (apenas texto, sem imagens) onde a história do Maranhão é narrada na ordem cronológica dos acontecimentos, a começar pelo “Descobrimento do Maranhão” até “A revolução de Trinta no Maranhão”, apresentando ainda, os capítulos “A bandeira, o escudo e o hino” e “Maranhenses Ilustres”. A história é narrada priorizando os heróis do sexo masculino, europeus, brancos e cidadãos.

Meireles (1970), divide os capítulos do seu livro em três partes, a saber: texto, exercícios e questionário.

Na primeira parte, apresenta o conteúdo dos capítulos privilegiando as datas e os heróis. Na segunda, faz uma orientação metodológica às professoras, onde Meireles (1970) sugere a visita ao local de fundação da cidade de São Luís, à estátua do Barão de Caxias, estátua de La Ravardière, à Igreja da Sé para assim ser contemplada a imagem de Nossa Senhora da Vitória, padroeira de São Luís. Vale ressaltar que o autor conclama o/a leitor/a de uma maneira enfaticamente inaciana a valorizar as imagens dos santos e das santas.

Na terceira e última parte de cada capítulo, tem-se um questionário que contém em média vinte quesitos que, assim como o texto principal, valoriza os nomes dos heróis e as datas dos acontecimentos.

Em toda a obra, Meireles (1970), faz apenas duas referências a mulheres em momentos distintos da história do Maranhão, invasão dos franceses e invasão dos holandeses.

Por sua vez, o livro “Conheça o Maranhão” (1971), de autoria de Rosa Mochel Martins, da Universidade do Maranhão, mais conhecida como amiga de gente, bichos e plantas, fora editada no ano de 1971, na cidade de São Luís-MA, também pela SIOGE.

A autora escolhe uma forma bastante peculiar para escrever sua obra. Destaca uma palavra-chave com cada uma das letras do alfabeto e assim, vai narrando os diversos aspectos da vida política, social e econômica do Maranhão.

As palavras-chave escolhidas pela autora foram: agricultura, babaçu, costa, descobrimento, energia, frutas, Gonçalves Dias, hidrografia, Itaqui, jaborandi, lugar, mapa, novo, omissão, população, quebranto, rádio, São Luís, transporte, universidade, verdade, xisto e zona.

Dessa forma, Martins (1971), apresenta uma visão de região, centrada mais nos aspectos sociais do que políticos. Convidando os alunos e as alunas a realizarem pesquisas sobre suas cidades e também sobre o Estado. Os questionários presentes na obra, fogem ao modelo de perguntas e respostas, se aproximando mais a um instrumento de pesquisa, motivando os discentes a pesquisarem dados sobre a realidade do Estado que não constam naquele livro.

Além de textos, dispõe ainda, de imagens (desenhos) que reforçam as idéias da autora. Destaca-se aqui o desenho de uma mulher quebradeira de coco, quando a autora fala sobre o babaçu. A mulher encontra-se sentada ao chão dentro de um cocal, de pernas cruzadas, com a cabeça amarrada com um pano, o braço direito em punho, a segurar um

porrete que serve para pressionar o coco junto ao machado, até que o mesmo seja partido ao meio, para assim, retirar as amêndoas. A imagem é de uma mulher forte, batalhadora que agüenta o sol quente e se dispõe a realizar um trabalho tão árduo.

O terceiro livro “Estudo regional do Maranhão” (1988), é de autoria do Prof. José Raimundo Lindoso Castelo Branco, foi publicado no ano de 1988 em São Paulo, pela editora FTD.

José Raimundo Lindoso Castelo Branco é o atual diretor do Liceu Maranhense, escola pública tradicional de São Luís-MA, que completou 167 anos de implantação no ano de 2005.

O autor, na apresentação da obra, destaca que, “alguns anos de longas leituras e pesquisas permitiram-me a iniciativa de lançar este material, mesmo porque é bastante escassa a pesquisa que envolve o estado do Maranhão como um todo, principalmente se considerarmos os aspectos geográficos e históricos em conjunto”. Sobre este aspecto, o livro de Meireles (1970), apresenta apenas os aspectos históricos enquanto Martins (1971), procura mesclar a história com a geografia, apresentando além dos mapas, alguns conceitos, como por exemplo, o de população.

Castelo Branco (1988), divide a sua obra em quatro unidades a saber: Aspectos gerais do Maranhão, Aspectos históricos do Maranhão, Aspectos cívicos e políticos do Maranhão e Aspectos humanos e econômicos do Maranhão.

Embora o autor se proponha a tratar dos aspectos históricos e geográficos, acaba priorizando o último. Faz uso de imagens (fotografias em preto e branco) que nem sempre se apresentam legendadas ou com uma legenda incompatível ao conteúdo em questão.

Quanto aos aspectos históricos, apresenta-os cronologicamente, dando destaque à participação do homem branco europeu, seja ele português, holandês ou francês.

Quando Castelo Branco (1988), faz referência à **Invasão holandesa** encontramos o seguinte dado: “O grupo de portugueses foi crescendo, principalmente porque veio do Pará Pedro Maciel Parente (sobrinho de Bento Maciel Parente) trazendo 130 homens e 1.000 índios, e de Pernambuco chegou Koin Anderson com 770 soldados e 200 índios”.

Percebe-se aqui, uma clara discriminação entre raças, inclusive dentro do exército, quando diferencia-se soldados de índios. Subentende-se aqui, que só eram considerados como soldados, homens de cor branca, isto é, europeu.

Quando da invasão dos “Franceses no Maranhão”, Meireles (1970), conta que no mais aceso da Batalha de Guaxenduba, apareceu Nossa Senhora da Vitória que trans-

formou terra em pólvora, favorecendo assim, a vitória dos portugueses. Na versão de Castelo Branco (1988), não encontramos nenhuma referência a tal acontecimento.

Já na invasão dos “Holandeses no Maranhão”, Meireles (1970) e Castelo Branco (1988), contam que Pedro Dessais por se negar a prestar juramento à bandeira da Holanda, o mesmo quase fora enforcado. O primeiro autor, diz que Pedro Dessais só não fora morto por conta da intervenção de sua mulher e de padres jesuítas. O último, afirma que a atitude desse corajoso português gerou espanto e admiração entre os holandeses, que por isso lhe pouparam a vida.

Nota-se aqui duas versões antagônicas sobre um mesmo acontecimento da nossa história. No primeiro caso, fala-se suavemente da participação de uma mulher cujo nome não foi citado, mas que impede a decapitação do esposo. Na última versão, por si só Pedro Dessais consegue sua liberdade.

Pode-se aqui identificar um certo “perigo” ao construirmos nossa historiografia, que é o fato de darmos destaque aos fatos que nos interessam e não àqueles que são fundamentais para o conhecimento da humanidade.

Ao longo do estudo, pode-se perceber que os escritos em torno da disciplina “Estudo regional do Maranhão” são variados, dependendo de seus autores e autoras. Essa escrita não é neutralizada e visa um corpo leitor ora passivo, ora sujeito de sua própria história.

A produção dos livros deu-se tanto em editoras maranhenses quanto em uma editora de abrangência nacional. A noção de ser humano presente em todas as obras é de um ser branco, masculino e europeu.

A representação do Maranhão nos referidos livros didáticos excluiu os nativos e valorizou somente os feitos dos europeus em nossa terra. Nas praças e nos locais públicos lá estão os “nossos” heróis: Daniel de La Touche, Jerônimo de Albuquerque, Padre Antonio Vieira, dentre outros.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. 225 p.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção primeiros passos; 44).
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. **Educação e Realidade**. v.20, nº 2. Jul/Dez 1995. p. 133-184.
- BRANCO, José Raimundo Lindoso Castelo. **Estudo regional do Maranhão**. São Paulo: FTD, 1988. 87 p.

- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CAMINHA, Adolfo. **A Normalista**. Erechim, RS: Edelbra, 1893. 222 p.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Teoria & Educação**. 2, 1990, p. 177-229.
- CHERVEL, André; COMPÈRE, Marie-Madeleine. As humanidades no ensino. In: **Educação e Pesquisa**. vol. 25, nº 2. São Paulo. July/Dec 1999.
- DUBY, Georges; PERROT, Michelle. Escrever a história das mulheres. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs). **História das mulheres: a Antigüidade**. Porto: Edições Afrontamento, 1990.
- FARIA, Ana Lúcia G. de. **Ideologia no livro didático**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1984. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 7).
- FREYRE, Gilberto. O indígena na formação da família brasileira. In: FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. 14. ed. brasileira. Recife: Imprensa Oficial, 1966. Capítulo 2.
- LOPES, Eliana Marta Teixeira. **Perspectivas Históricas da Educação**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995. 80 p.
- MARTINS, Rosa Mochel. **Conheça o Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1971. 185 p.
- MEIRELES, Mário M. **Pequena História do Maranhão**. 3. ed. São Luís: SIOGE, 1970. 72 p.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. v.20, nº 2. Jul/Dez 1995. p. 71-99.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Coleção Tudo é História).

NOTA

¹ Universidade Federal do Piauí, Mestrado em Educação, e-mail: aielado@yahoo.com.br.